O Trabalho na Trajetória de Egressos do Sistema Prisional do Distrito Federal

Eixo Temático: Trabalho e Direitos Humanos.

Autoras: Prof.ª Dra. Maria Aparecida Penso – Doutora em Psicologia pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília. mariaaparecidapenso@gmail.com.br

Prof.ª Dra. Juliana Ferreira da Silva. Doutora em Psicologia pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília. juliana.dasilva.ucb@gmail.com

Prof.ª MSc. Beatriz Brandão de Araujo Novaes - Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília biabrandao84@gmail.com

Prof.ª Dra Maria Liz Cunha de Oliveira. Doutora em Ciências da Saúde, Mestre em Educação pela Universidade de Brasília-UnB, Pós Doc em psicologia social, docente do Programa de Mestrado Profissional da ESCS/FEPECS, do Curso de Enfermagem e da Pós-Graduação em Gerontologia da Universidade Católica de Brasília - UCB. lizcunhad@gmail.com

Lorrayne Rodrigues Negreiros – Graduanda em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.lorraynernegreiros@gmail.com Bolsista FAP/DF – demanda espontânea.

Resumo:

Introdução: Esta pesquisa objetiva analisar as trajetórias laborais de egressos do sistema prisional do Distrito Federal, que cumpriram pena em regime fechado, e estavam no regime semi aberto no momento da pesquisa, considerando suas vivências antes, durante e após o aprisionamento. Para além disso, buscou conhecer suas expectativas futuras e os recursos sociais disponíveis para uma reinserção profissional. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, houve um aumento significativo do número de detentos no Brasil. O país possui a terceira maior população

carcerária do mundo. Em 2002, havia um total de 239.345 presos condenados e provisórios; em 2014, o número subiu para 622.202 aprisionados; e, em 2019, número total era de 752.277 presos. Portanto, entre 2014 e 2019, houve um aumento de mais de 130 mil pessoas encarceradas no país. (IPEA & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Esses dados revelam a importância de estudos sobre esta população. A Lei de Execução Penal (LEP) brasileira, afirma que é dever do Estado garantir assistência ao preso objetivando prevenir o crime, efetivar as disposições de sentença e decisão criminal, além de reorientar de modo harmônico o retorno do condenado ao convívio na sociedade. (BRASIL, 2014). De forma o sistema prisional deveria proporcionar aos detentos ambiente propício para a capacitação profissional e trabalho, para que ao saírem possam se integrar a sociedade. O trabalho é necessário para a sobrevivência humana, bem como para a satisfação pessoal do sujeito, sendo um processo que envolve o desenvolvimento de relações sociais. Deste modo, além de se configurar como uma atividade, o trabalho é capaz de proporcionar a criação de vínculos, e envolver o indivíduo em situações de troca e cooperação. Para Lhuilier (2014), o trabalho está relacionado com três dimensões distintas: ter renda e ser autônomo; diz respeito ao ser, que faz referência à ideia de identidade, visto que o sujeito se identifica com um grupo de ordem profissional; questão do fazer, que é onde o indivíduo tem a possibilidade de reconhecer seus limites e lidar com os medos e frustrações. No entanto o egresso do sistema prisional que visualiza uma vida longe do crime, procura empregos sem algum tipo de qualificação e esbarra no fato de possuir antecedentes criminais. Desta forma, não consegue o emprego quando é detectado que possui antecedentes ou o perde quando é descoberto. (Barros, 2011)

Método: Foi utilizado o método biográfico de História de Vida, que traz a singularidade e complexidade de cada história, a partir do contexto sócio-histórico de quem a conta. Também busca refletir aspectos que visem a transformação e ressignificação dos sentidos traçados, ou seja, compreender a história individual e coletiva dos sujeitos. Como instrumento, foi utilizado um roteiro de entrevista clínica de pesquisa, que contemplou cinco momentos. No primeiro foram abordadas questões relacionadas ao tema da identidade dos entrevistados, demarcando o “quem sou eu”; no segundo buscou-se compreender os aspectos da sua trajetória de vida, sendo um dos focos a questão do trabalho, até o encarceramento; no terceiro foram investigadas suas vivências de atos infracionais, aspectos de qualificação profissional e outras vivencias no encarceramento; no quarto, as expectativas de futuro, com o que desejavam trabalhar

e os recursos que tinham para alcançar estes objetivos no contexto extramuros. E por fim, no quinto momento, como eles se viam neste futuro. Participaram cinco egressos, do sexo masculino, com idade entre 25 a 43 anos, provenientes de meios socioeconômicos desfavorecidos. Dentre eles, três estavam cumprindo regime semiaberto e dois estão em regime domiciliar. Quanto ao estado civil, dois participantes eram solteiros e três casados, sendo que, dos cinco, dois possuíam filhos. No que diz respeito a escolaridade, três participantes tinham ensino fundamental incompleto, um ensino médio incompleto e um finalizou o ensino médio por meio do supletivo. As entrevistas ocorreram em dois contextos: numa cooperativa de reciclagem de madeira descartada e materiais, localizada numa região carente do Distrito Federal; e na Direção Regional de Obras (DRO) de uma região administrativa de Ceilândia – DF. Neste último caso os egressos são empregados pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP. Esta fundação, assim como a Cooperativa, possui como objetivo, contribuir com a reintegração dos egressos do sistema prisional do DF, proporcionando oportunidades a essa população que é constantemente marginalizada e excluída pela sociedade, por meio de programas que visam a capacitação profissional dessa população, bem como a oferta de trabalho. No caso da FUNAP, são firmados convênios com o Governo local para acolher estes egressos. As entrevistas tiveram duração entre 50 minutos a uma hora e 50 minutos, sendo conduzidas por uma dupla de entrevistadores e posteriormente transcritas. As trajetórias laborais foram construídas em três momentos: antes, durante e depois das vivências no sistema prisional. Tangencialmente, por interferirem na trajetória laboral, também foram levantados aspectos sobre suas relações familiares, entre os pares, trajetória educacional, aspectos de saúde e adoecimento, expectativas futuras, histórico de conflito com a lei e vivência no sistema prisional. As narrativas foram analisadas tendo como suporte teórico a psicossociologia e a sociologia Clínica, que compreendem que ao narrar sua história o sujeito tem a oportunidade de dominar seu destino e deste modo modifica-lo. (Gaulejac, 2009; Souza e Carreteiro, 2016,)

Resultados/discussão: a análise das narrativas aponta para o fato de que a inserção laboral ocorre ainda na adolescência, por meio de atividades informais, com a expectativa de complementar a renda familiar e obter, pela primeira vez, bens de consumo. Como todos vinham de uma classe social popular, se desejassem algum bem teriam de conseguir por conta própria. No entanto, a falta de capacitação para o trabalho os coloca no lugar de terem de trabalhar em atividades não qualificadas. Quando

inseridos no Sistema Prisional, apesar do acesso ao trabalho dentro dessa instituição configurar como um direito, as atividades laborais intramuros aparecem de forma escassa, e, ainda, reproduzindo a ideia neoliberal de "meritocracia", visto que o trabalho é oferecido como um privilégio aos que possuem "bom comportamento", simbolizado, apenas, como chance de remir a pena. Na vida extramuros, o trabalho é significado na possibilidade de reinserção social e de construção identitária, no entanto, as dificuldades continuam, uma vez que os participantes não tem formação profissional adequadas ao mercado, além de carregarem o estigma de ex presidiários. Se o trabalho possibilita a construção do indivíduo na sociedade a qual ele pertence, quando o sujeito não possui um trabalho ou tem um trabalho considerado precário, acaba não sendo reconhecido pela sociedade em que vive, sofrendo a estigmatização (Carreteiro, 2014).Em resumo, o que as histórias de vida nos mostram é que os participantes, durante sua trajetória, simbolizam o trabalho como uma das principais ferramentas capaz de fornecer a inserção social e possibilitar uma vida digna para si e para suas famílias. A fragilização dos vínculos institucionais, acabam favorecendo a evasão escolar e, consequentemente, a pouca ou nenhuma capacitação educacional-profissional, fazendo com que se vinculem a trabalhos precarizados. Tal vinculação, é reproduzida dentro das instituições prisionais, visto que as atividades laborais oferecidas não possuem a função de profissionalizar e capacitar os indivíduos para inserção no mercado de trabalho. Posteriormente, a relação que estabelecem com o trabalho na condição de egressos parte da perspectiva do desejo de reconhecimento social, da construção identitária, agora, como um "trabalhador", no entanto, esbarram no estigma social, onde a prisão e o nada consta criminal incide de maneira ainda mais contundente no momento em que tentam sua reinserção no mercado de trabalho, evidenciando a fragilidade das políticas públicas para esta população e das instituições que visam ser rede de apoio nesta re(colocação) profissional.

Referências:

Barros, C. R. (2011). O real do egresso do sistema prisional: circulação de normas, valores e vulnerabilidades.

Brasil (2014). Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Brasília.

Carreteiro, T. C. (2001). Perspectivas da cidadania brasileira: entre as lógicas do direito, do favor e da violência. Cenários sociais e abordagem clínica, 155-168.

Carreteiro, T. C.; Pinto, B. O. S.; Carvalho, C. G.; Rodriguez, L. S.; Alves. W. B. & Estevinho, W. L. (2011). Juventudes e trabalho: aproximações e diferenças da concepção de trabalho nos diferentes contextos juvenis. Estudos Contemporâneos da Subjetividade, 1 (1), 41-54.

Carreteiro, T. C. (2014). A escolha da função pública como campo de emprego para jovens adultos. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 17, 85-96.

Carreteiro, T. C.; Souza, Carolina Rodrigues Alves (2016). Narrativas de vida e seu uso pela Psicossociologia. Clínica e Cultura. V. 5, n.1, 23-36

Gaulejac, V., Márquez, S. R., & Ruiz, E. T. (2005). Historia de vida: psicoanálisis y sociología clínica. EdicionesUAQ.

GAULEJAC, V. de. O sujeito face à sua história: a démarche "Romance Familiar e Trajetória Social". Em N. M. Takeuti & C. Niewiadomski (Orgs.), Reinvenções do sujeito social. Teorias e práticas biográficas. Porto Alegre: Sulina, 2009. (p. 61-73).

Lhuilier, D. (2013). Trabalho. Psicologia & Sociedade , 25 , 483-492.

Maciel, F., & Grillo, A. (2009). O trabalho que (in) dignifica o homem. A ralé brasileira: quem é e como vive Belo Horizonte: Editora UFMG.